

MENSAGEM Nº 417

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de agosto de 2023.

EM nº 00239/2023 MRE

Brasília, 18 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 601/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO D'ARAUJO GABSCH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/08/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4516925** e o código CRC **819D61F5** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007545/2023-31

SUPER nº 4516925

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RODRIGO D'ARAUJO GABSCH

CPF: [Informações pessoais](#)

ID.: [Informações pessoais](#)

1969 Filho de [Informações pessoais](#), nasce em [Informações pessoais](#)

Dados Acadêmicos:

- 1992 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 1992 Certificat Pratique de Langue Française, Université de Nancy II
- 1993-1994 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco (IRBr)
- 2003 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco (IRBr)
- 2009 Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco (IRBr), Aprovação Interna de Tratados Internacionais pelo Brasil - Possíveis opções para acelerar o seu processo

Cargos:

- 1994 Terceiro-secretário
- 1999 Segundo-secretário
- 2005 Primeiro-secretário, por merecimento
- 2007 Conselheiro, por merecimento
- 2011 Ministro de segunda classe, por merecimento
- 2021 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1994-1998 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1998-2002 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
- 2002-2005 Embaixada em Budapeste, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
- 2005-2009 Presidência da República, assessor especial do ex-Presidente da República José Sarney
- 2009-2014 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral-Adjunto
- 2014-2018 Embaixada em Assunção, Ministro-Conselheiro e chefe da chancelaria
- 2018-2022 Departamento de África, diretor
- 2022-2023 Assessoria Especial de Imprensa, chefe
- 2023- Departamento de América do Norte, diretor

Obras publicadas:

- 2010 "Aprovação Interna de Tratados Internacionais pelo Brasil — Possíveis opções para acelerar o seu processo", FUNAG, 2010, trabalho de CAE.
- 2022 "A cláusula de entrada em vigor dos acordos executivos", in Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, 10 (19), 2022, p. 1-18.

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz.
Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador.
Ordem do Mérito Ministério Público Militar, Brasil, Distinção.
Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.
Medalha do Pacificador, Brasil.
Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
Medalha Amigo da Marinha, Brasil.

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS
NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO**

KUWAIT



OSTENSIVO

MAÇO BÁSICO

Agosto de 2023

| ADOS BÁSICOS | |
|--|--|
| NOME OFICIAL | Estado do Kuwait |
| CAPITAL | Cidade do Kuwait |
| ÁREA | 17.818 km ² |
| POPULAÇÃO | 4,3 milhões, dos quais 1,8 milhão kuaitianos |
| LÍNGUA OFICIAL | Árabe |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES | Islã (85%, sendo 70% destes sunitas e 30%, xiitas). Cristianismo, hinduísmo e demais religiões representam 15% |
| SISTEMA DE GOVERNO | Monarquia constitucional |
| PODER LEGISLATIVO | Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento unicameral, composto por 50 membros eleitos para mandatos de quatro anos e por até 15 membros não eleitos (ministros indicados pelo emir, que se tornam automaticamente membros do parlamento) |
| CHEFE DE ESTADO | Emir Xeique Nawaf Al Ahmed Al Jaber |
| CHEFE DE GOVERNO | Primeiro-ministro Xeique Sabah Al-Khaled Al-Hamad al-Sabah |
| MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | Xeique Ahmed Nasser al-Sabah |
| PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL | US\$ 184,5 bilhões (2022 est.); US\$ 136,7 bilhões (2021 est.); e US\$ 105,9 bilhões (2020) |
| PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) | US\$ 247,8 bilhões (2022 est.); US\$ 214,1 bilhões (2021 est.); e US\$ 202,2 bilhões (2020) |
| PIB PER CAPITA | US\$ 38.389 (2022 est.); US\$ 28.884 (2021 est.); e US\$ 22.683 (2020) |
| PIB PER CAPITA PPP | US\$ 43.591 (2022 est.); US\$ 40.969 (2021 est.); e US\$ 41.006 (2020) |
| VARIAÇÃO DO PIB | 8,1% (2022 est.); 1,3% (2021 est.); -8,8% (2020); 4% (2019) |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2020) | 0.806 (64 ^a posição entre 189 países) |
| EXPECTATIVA DE VIDA (2020) | 75,5 anos |
| ALFABETIZAÇÃO (2020) | 96,3% |
| UNIDADE MONETÁRIA | Dinar kuaitiano |
| EMBAIXADOR DO BRASIL NO KUWAIT | Ao cargo foi indicado Rodrigo d'Araujo Gabsch |
| EMBAIXADOR DO KUWAIT EM BRASÍLIA | Nasser Riden Thamer Al Motairi |

| Brasil → Kuwait | 2011 | 2013 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 (jan-jun) |
|--------------------|-------|-------|--------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------------------|
| Intercâmbio | 744,4 | 1.322 | 670,3 | 485 | 358 | 440 | 307,2 | 187,5 | 244,3 | 632,3 | 314,2 |
| Exportações | 357,3 | 306 | 239,1 | 198 | 223 | 227 | 209,3 | 183,9 | 193,7 | 300,9 | 126 |
| Importações | 387,1 | 1.016 | 430,7 | 287 | 135 | 213 | 97,9 | 3,6 | 50,6 | 331,4 | 188,2 |
| Saldo | -30 | -710 | -191,2 | -90 | 87 | 14 | 111,3 | 180,3 | 143,1 | -30,5 | -62,2 |

PERFIS BIOGRÁFICOS

EMIR DO KUWAIT, XEIQUE NAWAF AL-AHMAD AL-JABER AL-SABAH



Nasceu em 1937. Graduou-se no Reino Unido. É casado e tem quatro filhos e uma filha. Entre 1962 e 1978, foi governador da província de Hawalli. Foi Ministro do Interior até 1988 e ocupava a pasta da Defesa quando da invasão pelo Iraque em 1990. Após passagem pelo Ministério do Trabalho entre 1994 e 2003, voltou a ocupar o Ministério do Interior e foi nomeado Primeiro Vice-Primeiro-Ministro. Tornou-se Príncipe-Herdeiro em 2006 e sucedeu ao trono em setembro de 2020. Desempenhou relevante papel para união do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) em face de ameaças comuns e nomeou, como Príncipe-Herdeiro, o Xeique Meshal Al Ahmad Al Sabah, concentrando poder na família Al Sabah e sinalizando que o país não buscará mudanças de orientação política em curto prazo.

PRIMEIRO-MINISTRO, XEIQUE AHMAD NAWAF AL-AHMAD AL-SABAH



Nasceu em 1956. Foi escolhido para o cargo de primeiro-ministro em julho de 2022 e formou novo governo em agosto daquele ano. Foi reconduzido ao cargo após anúncio do resultado das eleições em junho de 2023. Ele é filho de Nawaaf Al-Ahmad Al-Jaber Al-Sabah, o emir do Kuwait. Xeique Ahmad iniciou sua carreira na força policial e depois entrou para o Ministério do Interior, onde aposentou-se em 2014. Ele também foi governador de Hawalli. Depois que seu pai, assumiu o poder em 2020, ele foi nomeado vice-chefe da Guarda Nacional. O xeique Ahmad foi ainda vice-primeiro-ministro e ministro do Interior do governo anterior, que apresentou sua renúncia em abril de 2022, antes de uma moção de não cooperação no parlamento contra o xeique Sabah, que havia sido primeiro-ministro desde 2019.

MINISTRO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, XEIQUE SALEM ABDULLAH AL-JABER AL-SABAH



Nasceu em 1957. Graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade Americana em Beirute, onde obteve também o título de Mestre em Ciências Políticas, em 1991. É funcionário de carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde iniciou na função de adido diplomático em 1986. Serviu como diplomata na Missão junto as Nações Unidas de 1991 a 1998. Foi Embaixador na República da Coreia entre 1998 e 2001 e nos Estados Unidos de 2001 a 2022. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em outubro de 2022.

APRESENTAÇÃO

As evidências mais antigas de presença humana no território kuaitiano datam de cerca de 8.000 a.C. A localização estratégica do território — ao sul da foz do Shatt Al Arab (confluência dos rios Tigre e Eufrates) — e a presença de um porto natural fizeram do Kuwait ponto de passagem para o comércio marítimo e terrestre. Dadas as difíceis condições climáticas e a escassez de água, foi extremamente reduzida, até o século 18, a ocupação permanente do território kuaitiano.

No início do século 18, o agravamento das condições climáticas no interior da Península Arábica força diversas tribos nômades a migrarem, algumas das quais vão estabelecer-se na margem sul do Golfo. Datam desse período o primeiro vilarejo onde hoje se situa a Cidade do Kuwait e o deslocamento do clã al-Sabah para a região.

Em 1756, os chefes tribais locais elegem o líder do clã al-Sabah como governante do vilarejo e de sua vizinhança imediata, iniciando etapa de regência dessa família no Kuwait que dura até os dias de hoje. Em 1871, o Império Otomano reconhece o emir do Kuwait como subgovernador, ligado à província de Basra. Em 1896, o xeique Mubarak al-Sabah assassina dois de seus irmãos e impõe-se como governante do território. A partir de sua morte, haverá alternância de poder entre os descendentes de dois de seus filhos, Jaber e Salem.

Mubarak assina, em 1899, acordo estabelecendo o Kuwait como protetorado britânico. A Convenção Anglo-Turca de 1913 reconhece o Kuwait novamente como unidade autônoma do Império Otomano, mas é posteriormente considerada nula com a irrupção da I Guerra Mundial, quando Londres voltou a manter o Kuwait como protetorado britânico.

No início da década de 1930, a economia local — até então centrada em comércio, pesca e extração de pérolas — entra em colapso em decorrência da crise econômica mundial e do surgimento da indústria de pérolas cultivadas. Em 1938, no entanto, a abertura do primeiro poço de petróleo no país inaugura novas e promissoras possibilidades de geração de renda. A exploração em escala industrial começa após a Segunda Guerra Mundial, operada principalmente por empresas britânicas, e, em 1953, o Kuwait torna-se o maior produtor de petróleo no Golfo.

Em junho de 1961, o Kuwait alcançou sua independência do Reino Unido, a primeira entre as atuais monarquias do Golfo. Na ocasião, o Iraque manifestou inconformismo, alegando ser o Kuwait parte de seu território, com base nos elos do Kuwait com a província otomana de Basra. Reação negativa da Liga dos Estados Árabes e do Reino Unido resultou em recuo iraquiano.

A exploração petrolífera trouxe prosperidade inédita para o emirado, que, após a independência, construiu extenso aparato burocrático e de bem-estar social. O Estado passa a empregar a maior parte da população nacional, havendo grande influxo de estrangeiros para desempenhar diversas tarefas no setor privado.

Em 1961, foram atendidos apelos por reformas políticas e representação parlamentar com a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação, em novembro de 1962, da Constituição. Apesar do caráter pioneiro e relativamente independente do parlamento kuaitiano, não se logrou estabelecer relação estável entre

Legislativo e Executivo, comandado pela família al-Sabah, tendo o emir o poder discricionário de dissolver o parlamento.

Em agosto de 1990, o Iraque renova suas reivindicações territoriais e invade o Kuwait, que permanece ocupado até 26 de fevereiro de 1991, quando é libertado por coalizão internacional sob a égide das Nações Unidas e liderada pelos EUA.

Nos anos seguintes à invasão, o governo kuwaitiano destinou relevante parte dos recursos de seus fundos soberanos para o esforço de reconstrução. Aos poucos, o retorno da produção petrolífera permitiu o restabelecimento da prosperidade anterior, apesar de jamais ter sido recuperado o *status* de principal centro de negócios do Golfo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1968, foram estabelecidas formalmente relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait e criada a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, com sede no Cairo. Em 1975, o Brasil inaugurou missão diplomática residente no Emirado, gesto retribuído pelo Kuwait, em agosto do mesmo ano, em Brasília.

Desde então, houve duas visitas de Ministros das Relações Exteriores brasileiros ao Kuwait (1986 e 2005) e uma visita de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma de Primeiro-Ministro (2010) kuaitianos ao Brasil. Para além dessas visitas bilaterais, o Emir do Kuwait participou da Conferência Rio-92 e o Chanceler kuwaitiano participou de reunião, em Brasília, em 2005, da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).

Em junho de 2018, na Cidade do Kuwait, realizou-se a I Reunião de Consultas bilaterais. A segunda edição das consultas ocorreu em fevereiro de 2021, de forma remota. A então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, visitou o país em setembro de 2019. Em dezembro de 2019, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Bolsonaro, também visitou o Kuwait. Os Chanceleres brasileiro e kuaitiano encontraram-se em 2019, à margem da AGNU, e falaram-se ao telefone em junho de 2020. O país não foi incluído nos périplos presidenciais pelos países do Golfo em 2019 e em 2021 por incompatibilidade da agenda do Emir.

A crise do petróleo de 1973 compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores de hidrocarbonetos, inclusive o Kuwait. Datam dessa época a criação de um mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação, de 1975, e intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros, em 1981, e a consequente crise internacional da dívida de 1982, seguiu intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras. Em abril de 1986, Roberto de Abreu Sodré realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro ao Kuwait.

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, e a subsequente Guerra do Golfo alteram o panorama das relações do Brasil com o Emirado. O diálogo bilateral, até então concentrado no plano econômico-comercial, ganhou maior densidade política, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuwaitianas com solicitação de apoio para implementação, pelo Iraque, de resoluções da ONU, inclusive as referentes à demarcação da fronteira após a Guerra do Golfo. No período 1998-1999, o representante brasileiro nas Nações Unidas presidiu três painéis criados pelo CSNU relativos à situação no Iraque (sobre desarmamento, assuntos humanitários, e prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitianos).

Na instância máxima da ONU, o Brasil sempre defendeu a manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuwait e o cumprimento, pelo Iraque, de todas as resoluções do CSNU.

A partir de 1995, inicia-se processo de retomada das trocas comerciais, interrompidas pela Guerra do Golfo. Nas duas décadas seguintes, esse processo se intensifica, com o comércio bilateral atingindo o ponto máximo de US\$ 1,5 bilhão, em 2014. A queda brusca do preço e da quantidade de petróleo importado do Kuwait após aquele ano, e a diminuição de exportações brasileiras para o Kuwait levam o fluxo comercial a registrar retração.

Em 2022, o intercâmbio comercial Brasil-Kuwait totalizou US\$ 632 milhões, aumento de 158% em relação a 2021. As exportações brasileiras foram de US\$ 301 milhões, incremento de 55% com relação ao ano anterior, enquanto as importações alcançaram US\$ 331 milhões, um salto de mais de 550% em relação ao ano anterior. A corrente de comércio gerou déficit de pouco mais de US\$ 30 milhões para o Brasil.

Os principais produtos da pauta exportadora foram, nessa ordem: carne de aves (78% do total, US\$ 126 milhões); carne bovina (6,4%, US\$ 8 milhões); demais produtos da indústria de transformação (4,8%, US\$ 6 milhões); despojos comestíveis de carne (3,5%, US\$ 4 milhões) e tubos de ferro ou aço (2,7%, US\$ 3 milhões). Ainda que em nível relativamente modesto, merecem destaque as exportações de carne bovina, que estiveram ausentes da pauta entre 2013 e novembro de 2020, devido a questões sanitárias já resolvidas.

O substancial aumento das importações brasileiras em 2022 levou as compras brasileiras a patamares que não eram observados no comércio bilateral desde meados da década passada. Na pauta de produtos importados do Kuwait, destacaram-se os óleos combustíveis de petróleo (88%, US\$ 293 milhões); enxofre (7,4%, US\$ 24 milhões); e demais produtos da indústria de transformação (4,3%, US\$ 14,1 milhões), que responderam por 99,7%.

É crescente a percepção do Kuwait como fonte potencial de investimentos — a *Kuwait Investment Authority*, fundo soberano nacional, é o 3º maior do mundo, controlando ativos estimados em US\$ 737 bilhões.

Os investimentos kuwaitianos no Brasil somam cerca de US\$ 2 bilhões. Há interesse em incrementá-los em áreas como segurança alimentar, energia renovável, mineração, petróleo e finanças.

O Kuwait procura costumeiramente estabelecer Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos, em modelo não aceito pelo Brasil, e Acordos para Eliminar a Dupla Tributação (ADT) com seus principais destinos de investimento.

A cooperação no domínio da defesa ainda é incipiente, mas poderá beneficiar-se da assinatura de acordo bilateral na área.

Em 2022, o Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) realizou visita ao país chefiando delegação integrada por 60 empresários, a maioria deles da área de defesa.

O Brasil e o Kuwait assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2010. Há interesse mútuo na prospecção de projetos de cooperação trilateral em setores como agricultura em terceiros países.

POLÍTICA INTERNA

O Kuwait é uma monarquia constitucional. O Executivo é presidido pelo emir, que conserva grau elevado de poder decisório, não só em virtude de suas atribuições constitucionais, mas também de sua condição de patriarca da família al-Sabah. Salvo em circunstâncias excepcionais, o emir define as linhas gerais de ação governamental, não se envolvendo nas atividades cotidianas de governo, das quais se encarrega o primeiro-ministro. A Constituição de 1962, entretanto, faculta ao emir emitir decretos com força de lei e designar o primeiro-ministro e demais membros do gabinete, além de dissolver o parlamento a qualquer momento, resultando na convocação de eleições gerais. Diferentemente de outros sistemas parlamentaristas, os ministros não necessitam ser membros do parlamento, mas se tornam parlamentares ao serem indicados (embora pelo menos um dos até 16 ministros do gabinete deva ser escolhido entre os membros eleitos da Assembleia Nacional).

Além dos postos de emir, príncipe-herdeiro e primeiro-ministro, os al-Sabah sempre mantiveram em suas mãos as pastas mais importantes, como Defesa, Interior, Negócios Estrangeiros, Energia, Comunicações e Planejamento.

O parlamento kuwaitiano é unicameral, formado por até 65 representantes: 50 eleitos e até 15 membros do gabinete escolhidos pelo emir. O parlamento pode editar leis, convocar ministros e o primeiro-ministro para explicações, e pode proceder a um voto de não-confiança, destituindo qualquer dos membros do gabinete — mas não o primeiro-ministro.

O mecanismo de interpelação foi recentemente utilizado pelo parlamento contra os Ministros da Defesa e do Interior. Apesar de terem escapado por pequena margem de moção de não-confiança, ambos abriram mão de seus cargos em fevereiro de 2022. Em abril de 2022, o então primeiro-ministro, xeique Sabah, e todo o Gabinete apresentaram pedido de renúncia coletiva, na véspera de votação de moção de não confiança no parlamento. Em julho de 2022, o príncipe-herdeiro, que assumiu grande parte das funções do Emir em razão de debilidade de saúde, indicou o filho mais velho do Emir, xeique Ahmad Nawaf Al-Ahmad Al-Sabah, como primeiro-ministro. Foi a quarta renúncia coletiva desde o final de 2020, o que tem sido visto por muitos analistas como indicativo da crise institucional no país, que estaria causando paralisação política e impedindo a aprovação das reformas planejadas para dinamizar a economia local e reduzir os gastos orçamentários do Estado kuwaitiano.

Também diferentemente de outras monarquias da região, o parlamento participa da escolha do governante, devendo aprovar, por maioria absoluta, o nome do príncipe-herdeiro proposto pelo emir. Caso não seja aprovado, o emir deve submeter à eleição pela Assembleia os nomes de três outros candidatos da família al-Sabah. Novas leis podem ser vetadas pelo emir, mas o veto pode ser vencido pelo voto de dois terços da Assembleia.

A Constituição veda a formação de partidos políticos, mas tradicionalmente há agrupamentos informais ligados por laços ideológicos, religiosos e familiares. As

tradicionais famílias comerciais do país têm, também, grande influência política, elegendo diversos representantes. Desde 2005, mulheres têm capacidade eleitoral passiva e ativa e formam mais da metade dos cerca de 480.000 eleitores registrados.

O sistema político kuwaitiano teve 11 eleições gerais desde 2013. A história política recente do país é marcada por trajetória de embates entre o Legislativo e o Executivo. A oposição — formada por parlamentares de plataforma essencialmente religiosa, membros tribais, alguns liberais e grupos de jovens ativistas — obteve vitória histórica nas eleições de fevereiro de 2012. O Executivo reagiu alterando a legislação eleitoral e, após novos atritos, dissolvendo o parlamento e convocando novas eleições, boicotadas por segmentos da oposição (especialmente facções religiosas).

Há no país liberdade de culto, existindo templos de diversas religiões. Tradicionalmente, há boa convivência entre diferentes vertentes do islã (xiitas representam entre 30 e 40% dos nacionais kuwaitianos, sendo a maioria sunita). Mesmo havendo controles estatais (há leis duras e abrangentes de lesa-majestade, por exemplo), a mídia é relativamente livre. Como em outros países da região, há uma grande proporção de estrangeiros no Kuwait — de uma população de cerca de 4,3 milhões, menos de 30% seriam kuwaitianos.

O Kuwait conta, também, com numerosa e antiga população de apátridas (chamados "bidoons" — do árabe, "bidoon jinsiya", ou "sem nacionalidade"), que chegariam a 100.000. Os bidoons são descendentes daqueles que, por razões diversas (estilo de vida nômade, *status* migratório, distância dos principais centros urbanos, falta de informação, etc.) não foram registrados como cidadãos nos anos que sucederam à independência. Até a invasão pelo Iraque, em 1990, os bidoon tinham acesso a serviços governamentais básicos, sendo inclusive empregados pelo governo (especialmente nas Forças Armadas). Depois da guerra, rumores de suposta colaboração dessa população com o invasor deram causa a dura reação governamental: os bidoon foram impedidos de receber registro de nascimento ou passaporte, estudar em escolas estatais, trabalhar, dirigir automóveis, casar ou abrir contas bancárias. Nesse quadro, os níveis de pobreza são previsivelmente altos, havendo temores de radicalização religiosa entre os bidoons.

Após o anúncio oficial, em 7 de junho de 2023, dos resultados das eleições parlamentares e entrega do cargo por parte do Primeiro-Ministro Xeique Ahmad Nawaf Al-Ahmad Al-Sabah, conforme determina a Constituição, foi publicado, em 19 de junho de 2023, decreto reconduzindo o Xeique Al-Sabah como Primeiro-Ministro. Trata-se do quarto gabinete do Xeique Ahmad nos últimos meses, desde sua primeira designação como Primeiro-Ministro, em julho de 2022, e a formação de governo em agosto seguinte. O mesmo decreto define os demais 15 ocupantes do novo Gabinete, que repete nove nomes participantes do Gabinete anterior. Entre os nomes mantidos, figura o do Xeique Salem Abdullah Al-Jaber Al-Sabah, que segue como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA EXTERNA

Desde o século XVIII, resguardar a autonomia kuwaitiana em face de vizinhos mais populosos e poderosos configurou a prioridade máxima, e a diplomacia sempre figurou como ferramenta útil para tal fim. O Kuwait contou com protetores externos — otomanos e, mais tarde, britânicos — que providenciaram segurança, sem, em geral, interferir em assuntos internos kuwaitianos. Essa linha de ação manteve-se mesmo após a independência, em 1961, quando o Kuwait — tendo como vizinhos mais próximos a Arábia Saudita, o Irã e o Iraque — solicitou a permanência de pessoal militar britânico. Após a retirada britânica do Golfo, em 1971, buscou estabelecer laços mais próximos com os EUA.

Não obstante, em 1990, o Kuwait foi invadido pelo Iraque. Além de antigas reivindicações territoriais iraquianas, o Iraque ressentia-se de suposta "traição" por parte das monarquias do Golfo, entre as quais o Kuwait, que — apesar de terem apoiado o Iraque na guerra contra o Irã (1980-1988) — não haviam perdoado as dívidas iraquianas contraídas durante o conflito, além de minarem a recuperação econômica iraquiana ao produzirem petróleo além da cota acordada pela OPEP.

A intervenção de coalizão internacional liderada pelos EUA e chancelada pela ONU restabeleceu, em 1991, a independência kuwaitiana, mas a destruição física e os traumas causados passaram a ocupar lugar central na política externa dos anos pós-guerra. No âmbito multilateral, o Kuwait buscou estreitar ainda mais os laços com membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em especial, com os EUA, e exigiu o fiel cumprimento por Bagdá de todas as resoluções aprovadas pelo CSNU relacionadas à conflagração. A participação na coalizão internacional contra o governo iraquiano de Saddam Hussein também passou a ser importante critério na condução das relações bilaterais kuwaitianas. Atualmente, o Kuwait apoia abertamente iniciativas que contribuem para estabilização do país vizinho, tendo organizado, por exemplo, em 2018, Conferência Internacional para a Reconstrução do Iraque.

Nos anos 2000, a política externa kuwaitiana passou a buscar nova diversificação de parceiros e temas. Em 2004, durante viagem à China, o então chanceler Mohammed al-Sabah declarou inaugurada nova fase de "diplomacia econômica", em contraste com o que chamou de "diplomacia preventiva", que havia prevalecido até a queda de Saddam Hussein. A tônica dessa nova fase seria ir além das tradicionais relações com países do entorno regional imediato e países relevantes por questões de segurança, com vistas a aumentar o peso político do Kuwait, elevar os níveis de comércio e promover a diversificação da economia do país, dependente da indústria petrolífera.

O Kuwait mantém longa tradição de assistência humanitária, sobretudo a países árabes (Síria, Iêmen, Palestina, Jordânia, Egito), com amplo reconhecimento internacional. O país organizou as Conferências Internacionais de Doadores em favor da Síria em 2017 e em 2018. O Emir do Kuwait foi agraciado pela ONU, em 2014, com o título de "Líder Humanitário". O Banco Mundial reconheceu oficialmente, em 2019, o protagonismo do Emir do Kuwait em prol do desenvolvimento econômico-social dos países em desenvolvimento.

No campo da diplomacia econômica, ressalta o papel desempenhado pela *Kuwait Investment Authority* (KIA) e pelo *Kuwait Fund for Arab Economic Development* (KFAED – que, apesar do nome, não se restringe a países árabes). Só a KIA recebe anualmente pelo menos 10% de todas as receitas governamentais do Kuwait. O fundo tem perfil cauteloso, concentrando seus investimentos em economias desenvolvidas. Já o KFAED é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento com países em desenvolvimento, por meio de empréstimos subsidiados. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente, solicitados por autoridades de nível local ou nacional.

A despeito de esforços de diversificação, as relações bilaterais mais importantes para o Kuwait continuam a ser com os EUA e com os países de seu entorno geográfico. A relação com o país norte-americano é marcada pela gratidão pela libertação, em 1991, bem como pela manutenção da presença militar dos EUA no país, constituindo importante fator de dissuasão. Ao longo dos anos 2000, contudo, os EUA deixaram de ser principal parceiro comercial do Kuwait, com as exportações de petróleo kuaitiano concentrando-se cada vez mais na Ásia (Coreia do Sul, China, Japão e Índia).

O Kuwait possui laços tradicionalmente próximos e amistosos com a Arábia Saudita, vizinho e parceiro no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). No entanto, assim como outros membros menores do CCG, o Kuwait busca resguardar sua autonomia com relação a Riade.

A República Islâmica do Irã representa desafio complexo para a política externa kuaitiana. Apesar disso, o governo kuaitiano tem propugnado o diálogo com Teerã, defendendo o direito iraniano a desenvolver programa nuclear pacífico e apoando o acordo nuclear de 2015 (JCPOA). Em 2018, quando da retirada dos EUA do acordo, a chancelaria kuaitiana declarou compreender e respeitar a decisão de Washington, mas sem endossá-la expressamente, como fizeram a Arábia Saudita, o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos (EAU).

Desde sua independência, o Kuwait busca exercer influência moderadora em seu entorno regional, tendo participado de diversas iniciativas de mediação de conflitos. Em julho de 2017, com a eclosão de crise diplomática entre a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e o Egito (o "quarteto"), de um lado, e o Catar, do outro, o emir do Kuwait buscou mediar a disputa.

O Kuwait participa formalmente da coalizão liderada pela Arábia Saudita no Iêmen. O Chanceler kuaitiano tem afirmado que a solução para o conflito deve ser política, não militar. Em 2016, o Kuwait sediou rodadas de negociações entre o governo iemenita e os rebeldes houthis, que não avançaram.

O Kuwait é um dos principais defensores dos interesses palestinos na questão com Israel, opondo-se à normalização da ocupação israelense de territórios palestinos e ressaltando a necessidade que um acordo de paz seja fundamentado pelo direito internacional.

Em 2004, foi criada a “Istanbul Cooperation Initiative” (ICI), iniciativa da OTAN para cooperar com países do Oriente Médio da qual participam, além do Kuwait, do Bahrein, do Catar e dos Emirados Árabes Unidos. No contexto da ICI foi estabelecido, em território kuaitiano, o Centro Regional de Treinamento da OTAN. O Kuwait também tem o Programa para Cooperação e Parceria com a OTAN, renovado

periodicamente, e o Acordo de Trânsito, assinado em 2016, que permite movimento, em território kuwaitiano, de tropas e de equipamento militar da OTAN.

ECONOMIA

O Kuwait é o quinto maior produtor da OPEP e detém a 9ª reserva de petróleo no mundo, correspondente a 6% do total. Em 2019, antes da queda de 10% registrada em 2020, motivada pela queda nas cotações de petróleo e pela pandemia da covid-19, o PIB kuwaitiano chegou a US\$ 135 bilhões. A economia começou a se recuperar em 2021. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, o PIB — que cresceu 1,3% em 2021 e 8,1% em 2022 — alcançou US\$ 185 bilhões em 2022.

No final da década de 1930, o Kuwait iniciou etapa de transição econômica, deixando de ter no comércio e na extração de pérolas suas principais atividades, substituindo-as pela extração de petróleo. A partir de então, a economia local tornou-se quase exclusivamente dependente do setor de hidrocarbonetos. Na década de 1950, o Kuwait transformou-se em um dos principais produtores e exportadores mundiais de petróleo e gás natural. Em 1976, o governo completou o processo de nacionalização da indústria petrolífera, o que, somado ao aumento de preços do primeiro choque do petróleo, três anos antes, resultou em rápido incremento da capacidade financeira do governo.

Segundo avaliação da OPEP, o Kuwait detém reservas equivalentes a 102 bilhões de barris de petróleo, 1,8 bilhão de metros cúbicos de gás natural e tem um dos menores custos de produção, da ordem de US\$ 5 por barril. A renda do setor petrolífero representa mais de 80% das receitas governamentais, e a indústria de hidrocarbonetos responde por mais de 60% do PIB e cerca de 90% das exportações. A exploração de petróleo e gás é feita pela *Kuwait Petroleum Corporation* (KPC), com 100% do capital de propriedade do Estado do Kuwait, e por meio de suas subsidiárias.

Até o início da pandemia de covid-19, o Kuwait produzia 2,9 milhões de barris/dia, dos quais 2,5 milhões eram exportados. Cerca de 75% das exportações kuwaitianas de petróleo e derivados (US\$ 42 bilhões) têm como destino cinco países da Ásia: Coréia do Sul, US\$ 8,7 bilhões; China, US\$ 8,1 bilhões; Índia, US\$ 5,7 bilhões; Japão, US\$ 5,4 bilhões; e, Singapura, US\$ 2,9 bilhões.

O governo do Kuwait lançou, em 2017, o plano de desenvolvimento nacional "Kuwait Vision 2035", que almeja diminuir a dependência econômica na indústria do petróleo e transformar o país em centro comercial e financeiro até 2035, sobretudo por meio de investimentos em infraestrutura e reformas legislativas e institucionais. Foram divulgados ambiciosos projetos de construção, como "cidades ecológicas", estádios, terminais portuários e outros. Gastos governamentais associados ao plano, principalmente no setor de construção civil, contudo, têm aumentado o déficit fiscal. A esses gastos somam-se subsídios ao consumo de energia elétrica e combustíveis e a tradicional política de garantia de emprego no setor público a cidadãos kuwaitianos — mais de 80% dos kuwaitianos empregados trabalham para o governo.

São constantes os pronunciamentos de autoridades governamentais reconhecendo a necessidade de ajustes fiscais, tendo o próprio emir recomendado cortes no orçamento e maior controle sobre os gastos públicos. Apesar disso, há escassas medidas práticas nesse sentido. O Kuwait foi o último membro do CCG a revisar sua política de subsídios aos combustíveis, em 2016.

A retração do preço do petróleo na última década exerceu significativo impacto no déficit público, cujo orçamento se sustenta praticamente apenas com a renda advinda desse produto. O governo foi obrigado a buscar financiamento externo, que atingiu 25% do PIB (US\$ 141 bilhões, em 2019). O orçamento do Estado kuwaitiano para o ano fiscal de 2020 registrou déficit estimado em US\$ 31 bilhões (1,19% maior que o de 2019), para além de despesas excepcionais relacionadas à pandemia.

Como medidas para enfrentar os desafios econômicos criados pela pandemia de covid-19, o Banco Central adotou uma série de medidas de apoio às empresas. A Associação dos Bancos anunciou moratória de seis meses para pagamento de empréstimos contraídos por pessoas físicas e pequenas e médias empresas. A despeito da contração econômica e do aumento das taxas de desemprego em 2020, os reflexos negativos da pandemia concentraram-se no endividamento externo do país e nos rendimentos auferidos pelo fundo soberano em seus investimentos em outras regiões do mundo.

No campo da política monetária, o Banco Central aumentou a oferta de crédito em 3,6% ao longo de 2020. Os bancos estão bem capitalizados, com alta liquidez. A autoridade monetária monitora regularmente o risco de crédito, com avaliação prospectiva da qualidade dos ativos e manutenção de reservas adequadas.

Enquanto a maioria dos kuwaitianos trabalha no setor público, com melhores salários, benefícios, e reduzidas horas de trabalho, os trabalhadores estrangeiros atuam no setor privado. O governo oferece incentivos financeiros para seus nacionais que trabalhem no setor privado e impõe quotas de emprego de kuwaitianos às empresas. Apesar disso, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas) e de outros países árabes (Egito, Líbano, Síria, etc.).

Analistas preveem que as exportações de hidrocarbonetos e a receita tributária do Kuwait sejam muito menores a partir de 2023. Combinado com o aumento dos gastos do governo previstos no projeto de orçamento de 2023-24, a Economist Intelligence Unit (EIU) projeta déficit orçamentário do país de média anual de 4,1% do PIB entre 2023 e 2027 (em comparação com superávit de 1,5% do PIB anteriormente). Ainda segundo a EIU, a queda dos preços do petróleo e das exportações também poderia resultar em superávit de conta corrente mais estreito no período, com uma média anual de 10,6% do PIB, em comparação com 12,7% no ano anterior.

Cabe notar que o plano de desenvolvimento quinquenal do Kuwait para os anos fiscais de 2020-21 a 2025-26 inclui foco na Zona Econômica do Norte, que abrangerá, entre outros, o megaprojeto Silk City e o porto Mubarak al-Kabeer, de US\$ 6,5 bilhões, ambos considerados cruciais para o Kuwait.

ACORDOS BILATERAIS

| Título | Data de celebração | Entrada em vigor | Publicação |
|---|--------------------|----------------------------|-------------------|
| Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Coveite | 23/3/1975 | 10/2/1976 | 11/3/1976 |
| Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Coveite | 25/3/1975 | 25/3/1975 | Publicação direta |
| Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento de Consultas Bilaterais | 8/5/2002 | 8/5/2002 | 22/7/2002 |
| Acordo de Cooperação Cultural | 23/2/2005 | 17/5/2010 | 24/9/2014 |
| Acordo sobre Serviços Aéreos | 22/7/2010 | 29/1/2019 | 7/11/2019 |
| Acordo de Cooperação Técnica | 22/7/2010 | Em processo de ratificação | |
| Emenda ao Acordo de Cooperação | 22/7/2010 | 11/2/2019 | 1/8/2019 |
| Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva | 22/7/2010 | 7/2/2011 | 10/8/2011 |
| Memorando de Entendimento entre Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável | 22/7/2010 | 21/12/2016 | 13/1/2017 |